

Entrevista com Domingos Fernandes

As próximas mudanças no Ensino Secundário

Como é do conhecimento de todos, está prevista uma reformulação, para breve, do Ensino Secundário. No sentido de clarificar as principais linhas de orientação dessa mudança, a equipa deste número procurou, junto de Domingos Fernandes, director do Departamento do Ensino Secundário, respostas para muitas das questões que se colocam hoje aos professores.

Educação e Matemática (EM) - A primeira pergunta seria perceber a necessidade desta reformulação, deste ajustamento dos currículos.

Domingos Fernandes (DF) - A necessidade do reajustamento parte de uma análise que esta equipa governativa fez e parte muito, também, da constatação do que se passava e do que se passa nas escolas, das preocupações manifestadas pelos professores, pelas associações profissionais e sociedades científicas. E por outros intervenientes no processo educativo, a sociedade no seu conjunto, desde os pais, aos próprios empresários e às suas associações, etc.. Todos manifestaram um conjunto de preocupações que vão desde uma carga horária um pouco desajustada, excessivamente carregada, até ao facto de haver um certo desfasamento curricular, no que diz respeito aos cursos tecnológicos, talvez excessivamente próximos dos cursos gerais, não dando a ênfase devida aos objectivos de uma formação profissionalmente qualificante. Parte também de uma constatação de que nós temos vindo a assistir a um crescimento significativo do número de alunos do Ensino Secundário, e esse crescimento está associado a uma grande heterogeneidade. E, portanto, há uma interrogação que se coloca: em que medida é que poderemos continuar a tratar esta diversidade, com uma homogeneidade curricular, com uma homogeneidade de procedimentos, com uma homogeneidade de gestão do currículo, com uma homogeneidade a nível dos projectos educativos de escola? E, por isso, falamos um pouco hoje numa palavra que algumas pessoas não gostam, mas que penso que é importante, que é a flexibilização. Portanto, estas foram algumas das razões que

levaram a este reajustamento.

EM - Quais serão as grandes alterações que se irão verificar nesta reformulação?

DF - Em primeiro lugar, a carga horária de qualquer curso no Ensino Secundário, terá de ser menor ou igual a trinta horas semanais. Depois, uma outra medida que é a inclusão no currículo de uma área de projecto com três horas semanais que não é exactamente a substituição da área escola, como por vezes há a tendência para se afirmar. É uma área que naturalmente deverá contemplar aspectos que a área escola, pelo menos em concepção, deveria contemplar, mas é diferente. É uma área curricular com tempo próprio, com avaliação e classificação, e com professores responsáveis. Nós pensamos que muito provavelmente haverá dois professores responsáveis pela área de projecto que terá um "programa", mas não será uma disciplina no sentido tradicional do termo. Ou seja, terá naturalmente objectivos, terá finalidades, terá um conjunto de temas e de tópicos que não deverão deixar de ser abordados, mas será uma área que vai permitir às escolas, de acordo com o seu projecto educativo, assumirem as suas vocações e, portanto, prepararem melhor os alunos, em questões de natureza transversal, que hoje não podem deixar de ser abordadas nas escolas e estou-me a lembrar de questões relativas ao ambiente, à saúde, à toxicod dependência, os problemas que hoje a sociedade nos coloca ao nível da SIDA, por exemplo, problemas que nos são colocados ao nível da educação para a cidadania. Repare, três horas por semana ao longo de três



anos, se bem organizadas, se bem entrosadas com o projecto educativo de escola, darão para abordar estas questões de natureza transversal e estas questões não têm de ser necessariamente "dadas" ou "ditas" pelos professores responsáveis, devem ser organizadas pelos professores. Eu vejo muito a área de projecto como uma área de mobilização dos conhecimentos dos alunos, de integração de conhecimentos, uma área de aproximação à vida real, de aproximação ao mundo do trabalho e uma área em que se podem aprender questões ou aprofundar questões que estão até nos programas das disciplinas. Os professores responsáveis por esta área são professores ligados à componente de formação específica dos alunos. Imagine na Matemática, em que é sempre complicado lidar com as tecnologias dentro da sala de aula, o tempo é sempre pouco... é complicado de gerir. Pois a área de projecto pode ser um tempo e um espaço curricular em que há projectos que podem ajudar os alunos a aprofundar o seu domínio das tecnologias e até, preferencialmente, em situações aplicadas isto é, estão a apren-

der Matemática, estão a mobilizar conhecimentos de Matemática.

EM - O número de horas e a criação da área da projecto. Que outras medidas irão ser tomadas?

DF - Vamos ter Língua Portuguesa para todos os alunos na formação geral, sem a distinção entre Português A e Português B. A Língua Portuguesa será uma disciplina na formação geral que será comum a todos os alunos. Os alunos dos chamados cursos de letras, terão naturalmente depois as literaturas, mas o que nos preocupa aqui é fundamentalmente o funcionamento da língua, saber ler textos, interpretá-los, redigir bem e isso tem a ver com o funcionamento da língua e não propriamente com a história da literatura, ou com a literatura. Outra medida que está assumida é a diferenciação das disciplinas da componente de formação específica, entre os cursos gerais e os cursos tecnológicos. Ou seja, neste momento, como sabe, num curso geral do agrupamento um, a Matemática é exactamente a mesma, tem exactamente o mesmo programa que um curso tecnológico de construção civil do agrupamento um. E aquilo que nós constatamos é que não tem dado bons resultados, por variadíssimas razões, mas fundamentalmente porque há uma vocação própria dos alunos que escolhem os cursos tecnológicos para o ingresso à partida no mercado de trabalho e as motivações, a

preparação, os conhecimentos que os alunos trazem, mas fundamentalmente as vocações, não são compatíveis com o mesmo tipo de Matemática. E por isso, descavelmente, nos cursos tecnológicos nós gostaríamos de ter uma Matemática em que a componente pragmática, a componente socialmente útil tivesse algum peso.

EM - Pelo que percebo, em termos de agrupamento, a estrutura manter-se-á. Portanto haverá os quatro agrupamentos?

DF - A proposta que o DES elaborou, prevê a criação de sete cursos gerais, que podem ou não estar organizados em termos de agrupamentos. Penso que a ideia de agrupamento era a de dar origem a diferentes saídas. Isso dá origem a problemas que as esco-

las, aliás inteligentemente, têm vindo a resolver, limitando drasticamente as opções que os alunos podem escolher. Portanto, quando nós fazemos a clarificação dos cursos, não estamos a fazer mais do que ir ao encontro do que já se faz nas escolas. Nós temos uma concepção de curso geral que é a nosso ver clarificadora, na medida em que nós propomos que os cursos gerais sejam cursos de acesso ao ensino superior. São cursos em que o jovem sabe que quer ir para um curso superior. E os cursos tecnológicos são cursos em que os jovens sabem que vão adquirir uma boa formação que lhes permite o ingresso no mercado de trabalho.

EM - E se o aluno quiser mudar de curso? Terá alguma possibilidade?

DF - Haverá com certeza algumas medidas. Uma delas passará por um certo tipo de equivalências, um certo tipo de permeabilidade que nunca é muito fácil, é bom que tenhamos essa noção. Portanto, introduzir a permeabilidade possível, mas sobretudo a ideia de criar um ano pós 12º ano que permita aos alunos "corrigir" os seus percursos formativos e educativos. Ou seja, um aluno que por qualquer razão acaba o 12º ano num curso geral e, ou não ingressa no

ensino superior, ou não quer ingressar imediatamente no ensino superior e quer trabalhar, para adquirir essa formação que lhe permite o ingresso no mercado de

trabalho tem um ano em que receberá uma formação de natureza profissionalizante intensa, na escola. Muito provavelmente e desejavelmente, à imagem do que já acontece no ensino básico, no 9º ano mais um, com a colaboração do Ministério do Trabalho e da Solidariedade. E o contrário. Alunos que estão nos cursos tecnológicos e que tiveram sucesso e que se entusiasmarão e que por razões diversas querem ingressar no ensino superior, terão ao nível desse ano pós 12º ano, a possibilidade de receber os complementos de formação que lhes permitam estar em pé de igualdade com os outros jovens que fizeram o percurso dos cursos gerais.

EM - A Matemática dos cursos tecnológicos será então diferente da

dos cursos gerais?

DF - Sim, é uma questão que tem de ser muito aprofundada, e que tem de ser muito bem discutida com a APM, com a SPM, etc., na linha do que nós temos vindo a fazer até agora, mas será uma Matemática em que a componente pragmática terá algum peso. Em que a componente da aplicação às situações com que os alunos se confrontam nesse curso tecnológico seja mais visível. Portanto, uma Matemática quase como que uma ferramenta daquele curso tecnológico. Não fica só por aí, tem outros objectivos, como é evidente. Mas ao passo que a outra também deverá ter estas componentes, mas a componente de formação científica é mais forte. É como eu costumo dizer a Matemática "pura e dura" para ingressar na universidade.

EM - As próprias disciplinas serão diferentes na formação específica dos cursos gerais e dos cursos tecnológicos?

DF - As disciplinas serão diferentes se considerarmos que ter um programa diferente é ter disciplinas diferentes. Ou seja, nós nos cursos gerais teremos uma Matemática A, os cursos tecnológicos teremos uma Matemática B, assim como uma Física A e uma Física B, uma Química A e uma Química B, etc.

EM - Em sete cursos?

DF - Sete cursos gerais.

EM - E haverá os correspondentes sete cursos tecnológicos?

DF - Não, haverá mais. É uma questão que também tem de ser ajustada com os nossos parceiros, mas em princípio nós temos cerca de 14 ou 15 cursos tecnológicos previstos. Teremos cursos tecnológicos que estarão naturalmente mais ligados a este ou àquele curso geral, mas são coisas distintas. Repare, um dos grandes problemas dos cursos tecnológicos é a hibridiz que lhes é inerente, é digamos a sua excessiva licealização, se me permite a expressão, é a sua subordinação, a meu ver, algo positivista a uma concepção que nós temos de escola secundária que é a que tem de preparar todos os alunos para o ensino superior. No contexto social e económico em que o país vive nós temos de fazer aqui uma opção. Ou continuamos com a situação que temos e, se me permite usar uma expressão algo dramática, continuamos a trucidar milhares de alunos que reprovam e que abando-

nam o ensino secundário porque não têm motivação, porque querem fazer coisas práticas, e depois confrontam-se com o curso tecnológico que é eminentemente teórico e em que lhes é exigido em termos de formação específica quase o mesmo que se exige a um aluno que quer ir para engenharia. Isso não está bem, neste momento histórico, neste contexto social, económico em que o país vive, nós temos de assumir essa diferenciação. Porque a opção é entre os alunos saírem da escola sem qualquer formação ou saírem da escola com formação profissionalmente qualificante que, inclusivamente, lhes permita prosseguir os estudos se assim o entenderem, com o esquema que eu atrás referi.

EM – Já percebemos que haverá uma Matemática A e B, que dirá respeito aos cursos gerais e aos cursos tecnológicos. E de curso para curso, haverá uma Matemática diferente?

DF – Eu, pessoalmente, não sou apologista de que nós venhamos a ter agora uma matemática para o curso de engenharia civil, ou uma Matemática para o curso de medidor orçamentista, nada disso. Não vamos ter uma proliferação... Nós temos é de ter inteligência para identificar aqueles conceitos e aqueles tópicos que são verdadeiramente estruturantes do pensamento matemático e do raciocínio matemático, sem perder de vista aquela componente pragmática que eu referi nos cursos tecnológicos. E, portanto, admito que, ao nível dos cursos tecnológicos, possamos ter uma ou duas matemáticas. Não gostaria que fôssemos para além de dois programas distintos ao nível dos cursos tecnológicos. Penso que é uma questão que não está decidida de todo... julgo que há aqui alguma flexibilidade para podermos encarar a possibilidade dos dois programas. Ao nível dos cursos gerais, eu penso que naqueles que terão a Matemática como disciplina estruturante, o programa deverá ser o mesmo. Aliás, eu gostava de referir, a propósito dos cursos gerais, que na formação geral teremos Língua Portuguesa, uma língua estrangeira, Filosofia, Educação Física e Religião e Moral como

opcional e depois, na formação específica teremos três disciplinas que nós dizemos que são as disciplinas estruturantes daquele curso geral, que dão uma identidade ao curso. E dessas três disciplinas estruturantes, uma será trienal e duas são bienais. E depois, no 12º ano, os alunos podem optar, num conjunto de disciplinas, por duas disciplinas de acordo com o curso superior que pretendem seguir. O interessante nestas opções é que, primeiro, são menos opções do que

Portanto, introduzir a permeabilidade possível, mas sobretudo a ideia de criar um ano pós 12º ano que permita aos alunos "corrigir" os seus percursos formativos e educativos.

existem neste momento. Mas o que há aqui de interessante é que o aluno pode escolher uma disciplina de oferta da escola devidamente aprovada pelo Ministério da Educação, ou oferta da escola mas de currículo nacional.

EM – O que está a referir diz respeito àquilo que poderíamos chamar ainda a formação específica. E isso significa que não haverá o correspondente às disciplinas da formação técnica?

DF – A formação técnica nos cursos gerais tem de ser equacionada a dois níveis. Não há um consenso a 100%, mas há um consenso muito alargado sobre o facto de entendermos que a teoria e a prática devem estar ligadas, e portanto numa mesma disciplina, Física, Química, Biologia, Geologia, a componente de formação técnica estará intimamente ligada à componente de formação, digamos, científica. Por outro lado, a área de projecto é uma área em que a formação técnica dos alunos não deve também ser descurada. E com certeza que haverá exemplos de várias actividades que o Ministério, com a ajuda das associações e das sociedades, irá desenvolver. Nós já temos uma carteira de actividades possíveis a desenvolver na área de projecto e aí também se pode ligar com a questão da formação técnica dos alunos. É evidente, que depois tudo isso dependerá das vocações próprias das escolas, das possibilidades que as escolas têm. Nós conhecemos escolas que têm uma orientação clara para que os seus alunos ingressem no ensino superior. Mas também temos escolas cuja vocação principal é o mercado de trabalho, e que têm protocolos com empresas. Portanto

nós temos que respeitar a autonomia das escolas, chamando a atenção para que todo o aluno, mesmo de curso geral, deve ter alguma formação técnica, mas de facto o objectivo principal de um curso geral não é fornecer formação técnica. Porque os alunos têm uma preocupação fundamental e os professores também, que é ingressar no ensino superior. E portanto, nós não descaramos de maneira nenhuma essa componente da formação técnica, mas julgamos que ela tem de ser posta no seu devido lugar. Não vamos ter distinções entre disciplinas teóricas e disciplinas práticas como é, por exemplo, o caso das técnicas laboratoriais. Acharmos que as técnicas laboratoriais devem ser obrigatoriamente parte integrante da disciplina.

EM - E isto leva-nos a uma questão inevitável, o que é que se vai passar com os cursos de humanidades?

DF - Uma hipótese de trabalho é pensar a Matemática como obrigatória para todos os cursos, e esta é uma questão que, naturalmente, não merece um consenso nem dos alunos, nem dos pais, nem merece o consenso de, por exemplo, associações profissionais e sociedades científicas dessa área das humanidades. Eu penso que não será fácil assegurar que a Matemática deva fazer parte, ou que integre o currículo dos alunos que querem, por exemplo, seguir Literatura Portuguesa ou que querem fazer um curso de Português/Francês. Aquilo que eu penso é que nós temos de ter aqui algum realismo e não ponho de parte a hipótese de isso vir a acontecer no futuro. Em termos imediatos, parece-me algo complicado. Porque não merece esse consenso que eu referi e por outro lado há um problema que nós temos de resolver a nível da Matemática em Portugal, que é o facto da Matemática continuar a ser uma disciplina que, infelizmente, está associada a uma selecção muito grande. Todos nós sabemos que o jovem que escolhe o curso de direito ou que escolhe um curso de letras, muitas vezes o fez porque não tem uma relação muito positiva com a Matemática. E nós também temos de ter em atenção e respeitar de certo modo as opções das pessoas a este nível. O que o Ministério da Educação tem de assegurar é uma formação geral e uma cultura científica sólidas para

todos os alunos. E a cultura científica não passa exclusivamente pela Matemática, passa muitas vezes por uma atitude e um desenvolvimento de determinado tipo de atitudes em qualquer disciplina. Observar, analisar, deduzir, generalizar, reflectir... são capacidades cognitivas, imprescindíveis no desenvolvimento de uma cultura científica, que podem ser e devem ser desenvolvidas em qualquer disciplina.

EM – Que alterações é que podemos esperar em relação ao programa de Matemática?

DF – É evidente que o programa reajustado para muitas pessoas é um bom programa, precisará eventualmente de mais tempo, mas é um bom programa. Para outras pessoas é um programa que necessita de alguns reajustamentos. No caso da Matemática, francamente penso que a haver reajustamento, e é provável que venha a existir, será um reajustamento relativamente modesto. As alterações, a existirem, partirão muito da experiência e da avaliação que se fez ou que se está a fazer nestes últimos três anos. Depois é uma questão de, ouvidas as escolas, temos muito material proveniente dos acompanhantes locais, ouvidas as associações, pois evidentemente que estamos abertos, com certeza, a promover as alterações. Eu acho que onde vai haver mais dificuldade é acerca do que é que deve ser um programa de Matemática num curso tecnológico de construção civil, por exemplo, ou de mecânica, ou desenho... Porque haverá várias hipóteses. Mas há duas que me ocorrem neste momento: a primeira, é termos o programa de base que é a Matemática estruturante num dado curso geral e a partir daí delinearmos programas para os cursos tecnológicos e até para os outros cursos gerais. Ou então, não fazemos essa subordinação e pensamos de maneira completamente diferente um programa de Matemática para um curso tecnológico de construção civil ou para um curso tecnológico de desenho e construção mecânica, um programa baseado em outros pressupostos, que tenha como ponto de partida as necessidades concretas daquele curso. Há pelo menos estas duas abordagens. Haverá outras, mas estas duas parecem-me as principais. E é esta discussão que em Novembro ou Dezembro o mais tardar queremos

ter com as associações e com as sociedades.

EM – Qual o número de horas que irá ter a Matemática?

DF – Eu acho que a questão das horas tem muito a ver com as nossas capacidades de gerir o currículo. E com o conhecimento mais ou menos profundo que nós temos das matérias. E quando eu falo em capacidade de gerir o currículo, falo naturalmente em capacidade de distinguir o que é essencial do que é acessório. Falo também em algo que é muito importante, que é a responsabilização dos alunos. Eu penso que nós estamos cada vez mais a caminhar no sentido em que quer professores, quer alunos, quer famílias se consciencializam cada vez mais de que é necessário esforço. A Matemática não é uma disciplina fácil. Exige muito rigor, exige muito trabalho, estas coisas passam um pouco por aí, passam também pela organização do próprio grupo dentro da escola, passam pela organização da própria escola, das políticas que a escola tem para a Matemática. As questões da organização são aqui extraordinariamente importantes. Admito que haja uma dificuldade de tempo se nós pensarmos em todas as recomendações que são feitas nos documentos programáticos mais conhecidos. E o professor tem de ter aqui uma grande clarividência e perceber muitas vezes que o que é essencial não pode deixar de ser abordado com profundidade, mas há questões, há tópicos do programa que podem ser abordados de forma menos profunda e os alunos podem aprofundar em casa, em outros espaços e outros tempos curriculares, como seja a área de projecto. Mesmo que o programa ajustado actual se mantivesse exactamente na mesma, eu tenho a certeza que vai haver um aumento do número de horas. Para todos os anos. Aumento esse que poderá andar entre a meia hora e a uma hora. Agora mais do que isso não. Há pessoas que propõem seis horas, já houve quem me propusesse sete horas. É muito difícil porque temos outras disciplinas. A formação e a educação dos alunos passa por outras disciplinas. Nos cursos tecno-

lógicos vai haver uma redução que poderá ser de uma hora, sensivelmente isso. Haverá um aumento que poderá ir até uma hora nos cursos gerais e uma redução nos cursos tecnológicos.

EM – Algumas medidas foram tomadas relativamente a este ajustamento. Estou-me a referir por exemplo ao acompanhamento, às brochuras, ao desdobramento das turmas. Estão pensadas medidas semelhantes para esta reformulação?

DF – Há um conjunto de medidas que têm vindo a ser tomadas. E nós apostamos seriamente nessas medidas. São medidas que têm riscos. No acompanhamento eu estive sempre muito consciente, quando propus superiormente essa medida, que ela trazia riscos. Há aspectos muito positivos no acompanhamento, há locais e regiões em que as coisas estão a correr muito bem, há regiões ou locais em que as coisas estão a correr razoavelmente bem e há regiões em que as coisas não correm rigorosamente nada bem. Nós temos é de cuidar, de melhorar. Mas isto para lhe dizer que a aposta nas redes de professores do meu ponto de vista

deve ser uma aposta a prosseguir e a aprofundar nos próximos anos. Depois há outra coisa em que me parece

que, provavelmente, temos de ser inovadores, que é na entreejada entre as escolas. E repare, os resultados dos exames são um indicador, valem o que valem, mas valem alguma coisa. Mostram-nos, por exemplo uma escola com uma média de 4 valores no exame do 12º ano e vemos uma escola relativamente perto, com uma média de 11 valores... Os pais, os jovens, os professores, os órgãos de gestão podem alterar esta situação, com certas medidas e uma dessas medidas é por exemplo, julgo eu, pedir ajuda ou colaborar com uma escola próxima que tem um outro tipo de abordagem. O desenvolvimento de materiais de qualidade, é algo que nós, através das brochuras, estamos a procurar dar algum contributo, mas enfim, queremos mais. Nós entendemos que devemos fomentar o desenvolvimento de materiais de qualidade que apoiem os professores no seu dia a dia que lhes permitam ter um

recurso para além do manual escolar. E por falar em manuais escolares, naturalmente uma aposta e um trabalho conjunto com a Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, no sentido de os manuais terem de facto cada vez mais qualidade e de serem mais diversificados e de conterem outras propostas para além daquelas que costumam aparecer. Qualidade dos manuais para nós é fundamental. A qualidade dos materiais que o Ministério produz, a qualidade do programa, eu espero que os programas que vão aparecer tenham desde o aspecto gráfico, até ao conteúdo uma qualidade a que nós não estamos habituados e que nos temos de começar a habituar. E depois, a questão da qualidade e pertinência da formação dos professores. E aqui, há um esforço a fazer da parte dos formadores no sentido de ver onde é que está a pertinência desta formação. Porque, repare, eu julgo que há alguns desajustamentos, nalguns casos até haverá bastantes desajustamentos entre a formação que se faz nas nossas universidades ou nas nossas escolas de ensino superior e a realidade que é hoje o nosso sistema educativo. O sistema educativo evoluiu neste últimos 15 anos de uma forma quase dramática e as instituições do ensino superior, há excepções naturalmente, têm tido alguma dificuldade em acompanhar esse desenvolvimento e essa evolução. E portanto muitas vezes, isto leva a que haja interesses de investigação e de formação no interior de uma universidade que não correspondem necessariamente às necessidades reais das escolas e dos professores. Temos que falar mais de auto-formação. Fala-se muito em formação, coloca-se normalmente o professor numa posição algo passiva. Julgo que nós temos de começar a ter um discurso também de auto-formação, porque eu não conheço nenhum bom professor de Matemática que não invista forte e seriamente na sua auto-formação. Outras medidas tem a ver com o equipamento das escolas. Tanto quanto estou informado as Direcções Regionais de Educação têm fornecido calculadoras gráficas em quantidades razoáveis às escolas. A nível de computadores, como sabe, há um projecto que prevê um computador por cada 20 alunos e mais tarde um por 10 alunos. É a velha questão dos laboratórios de Matemática. Há

escolas que já têm. Eu julgo que nos próximos 4 anos, estou convencido, vai ser feito um investimento mais sistemático, mais organizado e mais pensado a nível dos laboratórios de Matemática. São estas algumas das principais tendências de desenvolvimento.

EM – Uma outra questão tem a ver com a avaliação, é sempre a velha questão dos exames nacionais, das provas globais. Vai manter-se o mesmo tipo de avaliação?

DF – Eu penso que os exames são, nas chamadas ideologias ocidentais, uma exigência das sociedades. São uma exigência que não é muito facilmente contornável. E portanto, eles constituem uma componente da avaliação dos alunos que está presente em todos os sistemas educativos, se não em todos, em praticamente todos os sistemas educativos. Repare que se pensamos, e isto é importante, exclusivamente no ensino secundário, os exames valem 30%, portanto têm um peso na classificação dos alunos de 30%. Ora isto é um reconhecimento por parte da administração educativa, que os exames são importantes, mas há uma componente da avaliação que é a avaliação interna, ou seja da responsabilidade da escola e dos professores que é mais importante, tem mais peso, deve ter mais peso, e por isso tem um peso de 70%. Não estamos a pensar no acesso ao ensino superior, estamos a pensar no ensino secundário e isto a mim parece-me francamente razoável. Evidentemente, quando pensamos no acesso ao ensino superior estamos perante um assunto que já não é exclusivamente do ensino secundário, é um assunto também das universidades e do ensino superior. Como se sabe, neste caso, a classificação dos alunos no ensino secundário vale 50%. Não é posta de lado. Os exames têm vantagens e desvantagens, o que eu acho é que deve ser sempre feito esforço para que eles tenham mais vantagens do que desvantagens. Têm a vantagem, ou poderão ter a vantagem de induzir boas práticas nas escolas. Já muitos investigadores escreveram sobre isto e investigaram sobre isto. É evidente que há uma tendência, como todos nós sabemos, para o chamado ensino

Em relação às provas globais, eu acho que a tendência é para que deixem de existir nos moldes actuais.

para o exame. Há aqui um conjunto de desafios com que os professores estão confrontados. Há questões de gestão do currículo que passarão necessariamente pelo equilíbrio que temos que encontrar entre a preparação dos alunos para exames com certas características e o cumprimento de certos objectivos importantes que temos que prosseguir com o ensino da Matemática. Em relação às provas globais, eu acho que a tendência

é para que deixem de existir nos moldes actuais. Todos sabemos as dificuldades que ocorrem nas escolas a partir do mês de Maio. Aquilo que a mim me parece é que não se justificarão as provas globais nos moldes em que elas existem neste momento no ensino secundário.

EM - E a última pergunta seria: do que sabemos, esta reformulação está prevista entrar em vigor em 2001/2002. Essa data confirma-se e quando é que nós, professores em geral, teremos acesso a ela?

DF - Houve uma publicação que o Departamento editou que se chama *Ajustar para Consolidar*, em que se apresentava uma calendarização: 2001/2002 seria o ano para a aplicação deste ajustamento. Eu penso que neste momento pelo menos uma parte das medidas podem respeitar esse calendário. Noutra parte, provavelmente haverá algumas dificuldades. Enfim, tivemos um momento aqui que provavelmente provocou alguns atrasos, mas o que eu lhe posso dizer é que as coisas estão todas a funcionar aqui no DES, para que o cumprimento desse calendário seja possível. É claro que as associações profissionais e as sociedades serão as primeiras a ser informadas dos documentos e através delas os associados terão conhecimento. O Ministério da Educação em pouco tempo divulgará a aplicação das medidas à medida que for possível pô-las em prática. Estes reajustamentos dada a metodologia que nós assumidamente e por formação decidimos adoptar, que é uma metodologia de verdadeiro diálogo, é mais lenta. Mas a nossa expectativa é de que muita coisa vai avançar e melhorar nos próximos anos.

Entrevista conduzida por Conceição Rodrigues